

**“POUCO  
A POUCO  
NASCEU  
A IDEIA...”<sup>1</sup>**

---

1. Sérgio Godinho “Organização Popular”, in *De Pequenino se Torce o Destino*, 1976, citado em Boletim: “Unidade do Povo” – Quinta da Calçada, de Abril-Maio de 1976, n.º 2.

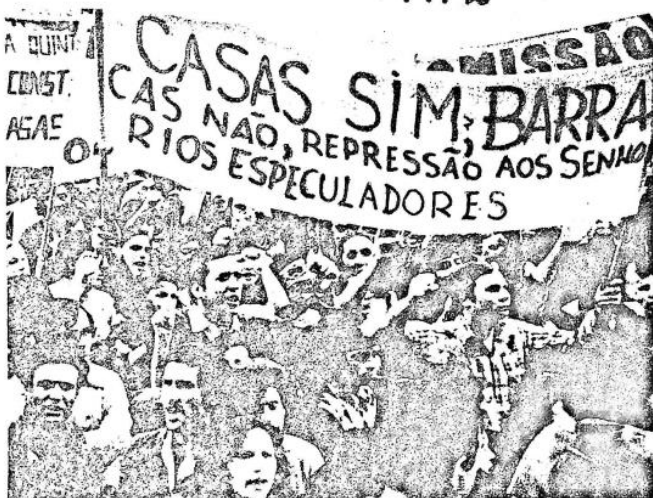
**MUSEU DO ALJUBE  
RESISTÊNCIA E LIBERDADE**

# Quinta da Calçada

Abril - Maio 1976

n.º 2

U  
N  
I  
D  
A  
D  
E



- PÁG. 1 - EDITORIAL
- PÁG. 2 - BAIRRO NOVO - informações
- PÁG. 4 - A LUTA DOS BAIRROS É SÓ UMA
- PÁG. 6 - ELEIÇÕES - a quem servem ?
- PÁG. 7 - POESIA
- PÁG. 9 - ANGOLA
- PÁG. 20 - QUEM FOI ? Che Guevara

do POVO

# Francisco Bairrão Ruivo

Historiador

Técnico Superior de Museologia e Património  
do Museu do Aljube Resistência e Liberdade

Casas sim! Barracas não!  
As casas são do povo  
Abaixo a exploração

Mas já basta de miséria  
isto agora vai ser diferente  
Não haja gente sem casa  
enquanto houver casas sem gente  
Pelo fim da exploração  
marchemos todos em frente

Todos bem organizados  
partiremos à conquista  
Esmagaremos para sempre  
a opressão capitalista  
Liberdade para o povo  
numa pátria socialista  
"Casas sim! Barracas não!",

GAC, *Pois Canté*, 1976

## Introdução

No descampado em tempos coberto pelas barracas e casas sem condições do bairro da Curraleira, encontramos hoje uma cruz de ferro, erguida em homenagem a Judite Loureiro, a criança de 5 anos morta no grande incêndio que deflagrou naquele bairro de Lisboa a 31 de março de 1975. O fogo terá sido provocado pelo avô, um homem com problemas de alcoolismo, conhecido como "maneta". A dificuldade, ou mesmo impossibilidade, de as viaturas dos bombeiros chegarem ao local do fogo e circularem nas ruas estreitas do bairro, a explosão de botijas de gás e as casas de madeira envelhecida e seca, muitas delas com o interior revestido com papel de parede, potenciaram o desastre.

Sete anos antes, tinham sido as cheias novembro de 1967 na região de Lisboa, a fazer o país olhar para a miséria, a falta de condições de habitação e a vulnerabilidade perante situações como incêndios, cheias ou desabamento de terras.

Os incêndios eram habituais nestes bairros sem eletrificação, muitas vezes em resultado da utilização de velas, puxadas elétricas e uso deficiente da energia. Em outubro de 1974, já com uma revolução em curso, ardem cerca de 70 barracas, deixando mais de 300 pessoas sem casa no Bairro da Falagueira, perto da Amadora, mais tarde alvo de uma intervenção do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Em maio de 1976, um incêndio no Bairro dos Húngaros, em Algés de Cima, destruiu 14 barracas, a maioria de famílias cabo-verdianas. Em novembro do mesmo ano, uma mulher morria na sequência de um incêndio na Picheleira. Em plena revolução e democratização, o incêndio da Curraleira expunha ao país, não apenas os problemas da habitação, mas também a falta de acessos, eletricidade, saneamento básico e água canalizada, bombas de incêndio e material de combate a fogos.

O ritmo das transformações revolucionárias era desigual e, em casos como estes, a mudança era mais superficial que efetiva. Num bruto do arquivo da RTP com imagens do incêndio da Curraleira, um homem diz: “calha haver aqui água e isto nunca tinha chegado a este ponto (...) não são bichos que aqui moram (...) as pessoas precisam de condições (...) não é só a colar papel nas paredes que se resolvem os problemas do país”<sup>2</sup>.

A tragédia da Curraleira marcará uma mudança na relação entre os poderes públicos e o movimento de moradores. A sucessão de ocupações após o incêndio levará a Câmara Municipal de Lisboa (CML) a autorizar, no início de abril de 1975, a requisição de fogos necessários ao alojamento dos sinistrados<sup>3</sup>. Esta tendência será seguida pelo Governo, que regulariza a ocupação de fogos devolutos para fins habitacionais em prédios pertencentes a entidades públicas ou privadas.

Entre os materiais de arquivo recebidos pelo Museu do Aljube Resistência e Liberdade, na sequência do encerramento da Biblioteca-Museu República e Resistência, contam-se dezenas de documentos relacionados com o movimento de moradores, como jornais, publicações, comunicados ou

---

2. “Incêndio na Curraleira”, RTP, 1975.

3. Pedro Ramos-Pinto, “Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal. 1974-1976”, in *The Historical Journal*, 51, 4, Cambridge University Press, 2008, p.1030; *Diário de Lisboa*, 10 de abril de 1975, p.11.

panfletos de associações ou comissões de moradores, bem como das várias instâncias que procuravam articular o movimento<sup>4</sup>. A documentação diz, sobretudo, respeito aos bairros degradados ou de barracas de Lisboa, como o Casal Ventoso, o Bairro de Santos/Rego, a Quinta da Calçada e a Quinta das Fonecas, e estruturas como a Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata de Lisboa, as Comissões Revolucionárias e Autónomas de Moradores e Ocupantes (CRAMO) ou o Comité de Luta dos Ocupantes e Moradores Pobres (CLOMP). Embora apartidárias, muitas destas publicações estão próximas do campo da esquerda revolucionária e do chamado “poder popular”, alinhado com Otelo Saraiva de Carvalho, Comando Operacional do Continente (COPCON) e partidos como o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) ou a União de Democrática Popular (UDP).

A partir deste *corpus* documental, este texto procurará olhar para a luta e a auto-organização dos moradores da cidade de Lisboa após o 25 de Abril, enquanto parte do processo geral de mobilizações populares de 1974 e 1975, de militância e ativismo de base, política popular e práticas de democracia direta. Com características muitas vezes radicais, subversivas e ilegais, tem um carácter avançado e disruptivo que condicionará o Estado, levando-o a reagir, legislar e criar instituições capazes de responder às necessidades mais imediatas e de enquadrar e controlar o movimento. Porém, o movimento dos moradores, fragilizado por conflitos, sectarismos e dificuldades de coordenação e articulação entre as várias forças e partidos, careceu da unidade e organização que lhe permitissem maior longevidade, um alcance mais profundo e resistência à alteração da situação política num sentido crescentemente desfavorável. Sobretudo, perde força, à medida que as condições revolucionárias que o permitiam deixam de existir.

As ocupações de fogos e edifícios devolutos, possibilitando a muitos o acesso a uma casa decente, não se limitou à questão estritamente habitacional. Foi mais longe e criou escolas, creches, infantários e parques infantis; equipamentos culturais, como grupos de teatro e bibliotecas, coletividades desportivas e de cultura e recreio, cursos de alfabetização e sessões de cinema; clínicas, postos médicos ou farmácias; sedes de partidos, associações cívicas ou comissões de trabalhadores e moradores. A organização nos bairros urbanos

permitiu, ainda, a resolução de problemas como a falta de água, a construção de estradas ou a garantia de transportes públicos, a instalação de cabines telefônicas, a eletrificação de ruas e bairros ou a criação de chafarizes e banhos públicos.

O movimento de moradores foi um dos processos centrais do biénio 1974-1975, nascido de uma carência básica: a habitação digna. Foram os mais pobres e excluídos que, em Lisboa e nos seus arredores, formaram um movimento com agência própria, embora de curta duração e sustentado em condições excepcionais, capaz de condicionar o processo político, partidos, governos e MFA. Adaptando um título de um livro sobre o movimento operário, o morador fazia-se cidadão<sup>5</sup>.

## A outra cidade

No início dos anos 1970, segundo dados do I Recenseamento Geral da Habitação do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Plano a Médio Prazo (1977-80)<sup>6</sup>, 31 110 (1,4%) famílias viviam em barracas, 552 345 (24,8%) em sobreocupação e 66 175 (3%) em situação de coabituação. O censo oficial de 1970 revelava que 25% a 30% dos portugueses moravam em casas que, pelos parâmetros do INE, eram consideradas precárias e sem as condições mínimas de habitabilidade<sup>7</sup>.

Faltava segurança, conforto, salubridade e privacidade, mas abundavam as barracas e os bairros clandestinos. Estariam em falta cerca de meio milhão de fogos, 52% das casas não tinha abastecimento de água, 53% carecia de energia elétrica, em 60% não existia rede de esgotos e 67% não beneficiava de instalações sanitárias<sup>8</sup>. A crise habitacional era grave. Lisboa estava cercada por uma cortina de bairros de

---

5. Carlos Santos e José Casimiro, *O Movimento Operário: a década de 70. Quando o trabalhador se tornou cidadão*, Lisboa, Biblioteca-Museu República e Resistência, 1997.

6. Marília Andrade, "O Estado, a sociedade e a questão da habitação em Portugal: 1974/1976: o direito de habitar", *Intervenção Social*, (111/12), 2014, 213-247.

7. Diego Palacios Cerezales, *O Poder Caiu na Rua. Crise de Estado e Acções Colectivas na Revolução Portuguesa. 1974-1975*, Imprensa de Ciências Sociais/ Instituto de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, 2003, p.83.

8. José Manuel Bandeirinha, "Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)", in Reis, A., Rezola, I., Santos, P. B., (Orgs.), *Dicionário de História de Portugal. 025 de Abril*. (Vol.6), Lisboa, 2018, Figuerinhas.

barracas, de autoconstrução ou degradados, com polos nas zonas de Algés, Benfica e Amadora, Ajuda, Vale de Alcântara, Campolide, Bairro de Santos/Bairro do Rego, Lumiar, zona do Hospital de Santa Maria e aeroporto, Alvalade, Areeiro, Vale de Santo António, Alto de São João, Vale de Chelas e zona oriental, Marvila, Xabregas, etc.

Era nestes bairros que viviam os que andavam a “construir as cidades pr’ós outros”<sup>9</sup>. Como dizia um morador da Quinta das Fonsecaas, “portanto eu trabalho toda a vida a fazer casas e nunca tenho casa”<sup>10</sup>. Enquanto a cidade crescia e se modernizava, enquanto o país, acompanhando os “Trinta Gloriosos” do pós-guerra e em processo de industrialização, conhecia um ciclo de crescimento económico, milhares de pessoas, muitas delas vindas do mundo rural, viam-se excluídas da cidade que também elas construíam. Paulo Rocha, em *Os Verdes Anos*, filma a tensão da modernidade de Alvalade e suas avenidas, paredes-meias com a ruralidade, um limbo campo-cidade polvilhado de barracas, habitações precárias e bairros degradados.

É esta cidade pobre, segregada, invisível e sem voz que tomará a palavra com o 25 de Abril. Sai dos seus bairros periféricos e vem para o centro da cidade manifestar-se e protestar, negociar com os órgãos de poder e ocupar: casas e o espaço público. É isso que vemos noutra filme, já pós-25 de Abril, *As Armas e o Povo*, em que Glauber Rocha entrevista várias mulheres do bairro de Santas Martas (Algés) cujo sonho é “uma casinha”. É de tomar a palavra e o espaço público que se trata, como se observa numa fotografia de Alexandre Alves Costa, arquiteto do SAAL, em que famílias de ciganos, no centro do Porto, empunham cartazes onde se lia: “Aqui estão os moradores que habitam as pocilgas da cidade” e “Os ciganos dos barracos de Matosinhos, queremos casas!”.

## A Luta pela habitação

Com o 25 de Abril de 1974, arrancam as ocupações de casas devolutas, sobretudo em bairros camarários. Na noite de 28 para 29, no Bairro Camarário de Monsanto e no Bairro da Boavista, mais de 100 famílias, moradoras em barracas, ocupam apartamentos acabados de construir, ainda vazios.

---

9. “Que Força É Essa”, *Os Sobreviventes*, 1972.

10. [“Jornaleco Lutador”, N.º 12 - “A Luta da Quinta das Fonsecaas”, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.7.](#)

Entre o 25 de Abril e o dia 9 de maio de 1974 terão sido ocupadas cerca de 2000 casas em Lisboa, na sua maioria habitações municipais em construção<sup>11</sup>. No Porto, onde abundavam as chamadas “ilhas”, estava em curso um processo de luta anterior ao 25 de Abril que serviria de base para as lutas posteriores. A 30 de abril, um grupo de moradores do bairro camarário São João de Deus reuniu-se em assembleia, redigiu o primeiro caderno reivindicativo e elegeu a primeira comissão de moradores<sup>12</sup>. Em Lisboa, na Curraleira, no dia 1 de Maio de 1974, é constituída uma associação de moradores. No dia seguinte, os habitantes do Casalinho da Ajuda ocupam casas vazias no Bairro da Fundação Salazar que passava a chamar-se Bairro 2 de Maio. A vaga de ocupações alastra-se a casas de renda económica, nomeadamente no Bairro Marcelo Caetano, renomeado Humberto Delgado, e pela cintura industrial de Lisboa e bairros como o Relógio, Furnas, Galinheiras ou Valefundão.

No dia 8 de maio, os moradores do Bairro da Boavista, que tinham ocupado casas no Bairro Social de Chelas, manifestam-se junto ao Palácio de Belém em apoio à Junta de Salvação Nacional (JSN) e reivindicam a legalização das ocupações realizadas. A dimensão do movimento de ocupações levou a que a JSN atuasse no dia 14. Se por um lado legaliza as ocupações já verificadas, não deixa de as condenar e avisa que não toleraria mais ocupações “abusivas”. Apesar de procurar empregar alguma organização e limites ao processo, acaba por ser um sintomático momento de cedência do novo poder, que cauciona situações que punham em causa a propriedade privada.

Segundo o Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo, Nuno Portas, em junho de 1974, havia 130 mil famílias com real necessidade de habitação na área de Lisboa e o número de casas ocupadas rondava as 2000<sup>13</sup>. Portas será determinante na criação do SAAL que, ao procurar mitigar a crise habitacional, não era apenas uma simples resposta ao movimento de ocupações, integrando-se num processo

---

11. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007, p.110.

12. Francisco Bairrão Ruivo, *Spinolismo: viragem política e movimento sociais*. Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2013.

13. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.112.

reflexivo prévio sobre formas alternativas de desbloquear a produção de habitação social<sup>14</sup>. Considerado um programa revolucionário de política de habitação, com metodologias inovadoras e fruto de trabalho e debates vindos da década anterior, o papel ativo reservado às populações, nomeadamente as mais pobres, foi também descrito por António Brito Guterres como “uma resposta política reformista para conformar a mobilização popular. A densidade do seu desenvolvimento enquanto política esteve sempre na dependência da dialética com os moradores.”<sup>15</sup>

O movimento de moradores e a própria relação com o SAAL estrutura-se muito a partir das comissões de moradores. Segundo Pedro Ramos Pinto<sup>16</sup>, terão existido aproximadamente 166 comissões de moradores em Lisboa durante o período revolucionário. Estas estruturas tidas como *ad hoc* funcionavam como ligação entre as populações dos bairros e as autarquias e o Estado. Surgiam, por norma, na sequência de reuniões de moradores sobre as necessidades do bairro, como o direito à habitação e a manutenção das populações no mesmo local, infraestruturas, transportes, creches e infantários ou saneamento básico. Noutros casos resultavam da organização de piquetes para defender e legalizar as ocupações.

Depois, era designada uma comissão para dar seguimento ao que fora decidido, contactar jornais e rádios, outros bairros, o comando militar da zona e as comissões administrativas dos municípios. Segundo José Hipólito Santos, até finais de 1974, eram formadas, quase exclusivamente, pelos moradores, mas ao longo de 1975 estas comissões passam a ter a presença de elementos exteriores ao bairro<sup>17</sup>.

Em setembro de 1974, em resposta ao movimento de ocupações, é aprovado o decreto-lei n.º 445/74 que “visava conter o aumento descontrolado das rendas de casa, penalizar

---

14. Nuno Portas, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Coimbra, Fevereiro 1986.

15. António Brito Guterres, “O anti-plano”, *Diário de Notícias*, 4 de Maio de 2024.

16. Pedro Ramos-Pinto, “Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal. 1974-1976”, p.1028.

17. José Hipólito Santos, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril, Lisboa*, Letra Livre, pp.77-78.

imóveis devolutos e expectantes e controlar as demolições para efeitos especulativos”<sup>18</sup>. Determinava a obrigatoriedade de repor em aluguer casas devolutas que tivessem condições de habitabilidade com um prazo de 120 dias para os senhorios. Findo este período, em janeiro de 1975, sem que os senhorios tivessem dado a resposta adequada, arrancaria uma nova vaga de ocupações. Inadvertidamente, esta legislação contribuiu para o aumento de ocupações de habitações privadas e a disseminação de comissões de ocupantes. Foi ainda um estímulo à criação de comissões de moradores, na medida em que previa que as populações participassem juntamente com as autoridades na identificação de casas vazias.

Em novembro, regista-se uma onda de ocupações de prédios devolutos na zona da Avenida Almirante Reis, Alto do Pina e Penha de França, mas muitos destes ocupantes serão compelidos por forças do COPCON e da PSP a regressar aos bairros de lata de onde viviam<sup>19</sup>.

## Intercomissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa

Em finais de 1974, elementos das comissões de moradores de Lisboa, sentindo que as estruturas estatais e instrumentos como o SAAL ou a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa (EPUL), não davam resposta às necessidades das populações, reúnem no sentido de criar uma estrutura que ligasse as várias comissões e organizações de moradores e permitisse desenvolver um trabalho conjunto. De início são 12 as comissões que reúnem, pela primeira vez, a 8 dezembro de 1974 no Bairro da Liberdade. No decurso de várias reuniões, em dezembro de 1974<sup>20</sup> e janeiro de 1975, surge a Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata de Lisboa, a maior organização de moradores e uma das mais influentes federações de comissões de moradores, que elaborará de imediato um caderno reivindicativo a apresentar ao Governo<sup>21</sup>. Participam nestes encontros representantes dos bairros da Quinta da Calçada, Quinta do Bacalhau (cooperativa

---

18. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.125.

19. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.270.

20. [Reunião da Intercomissões de Moradores realizada na Junta de Freguesia de Olivais Norte em 28/12/1974, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00209.5; 28 de dezembro de 1974.](#)

Portugal Novo), Casal dos Machados, S. Coronel, Bairro da Liberdade e Casal Ventoso. Numa das referidas reuniões, os participantes condenaram a solução, preconizada pelo SAAL, de serem os próprios moradores a construir as casas, considerada uma forma de dupla exploração. Foi ainda condenada a realização de melhoramentos nas barracas, na medida em que o grande objetivo era a sua eliminação. Na viragem do ano juntam-se representantes do Vale Escuro e Quinta da Estrada, Alto da Eira, Alto dos Moinhos, Quinta das Fonseca e Quinta da Bela Vista, Cascalheira, Quinta da Bela Flor e Baltazar, Quinta do Leal, Estrada da Circunvalação, Bairro 2 de Maio, Sete Moinhos, Falagueira e Moinhos do Bosque.

A 4 de janeiro de 1975, a Comissão Coordenadora da Intercomissões de Lisboa, reunia oficialmente, pela primeira vez, com a presença de 18 comissões. Em fevereiro apresenta um caderno reivindicativo, em que consta, por exemplo, o realojamento e construção nos locais onde moravam as pessoas e a participação destas na decisão sobre o tipo de casas a construir. As reivindicações incluirão, ainda, expropriações para realojar os moradores ou a limitação das rendas em habitação social. Era ainda reafirmada a recusa da autoconstrução e da renovação ou recuperação dos bairros existentes. Por fim, exigia-se que o Estado garantisse, através de legislação apropriada, a ocupação das casas que se encontrassem vagas<sup>22</sup>.

A Intercomissões desenvolve esforços de coordenação do movimento, não apenas na zona de Lisboa, criando Conselhos de Zona e estabelecendo contactos com as comissões de moradores que não a integram, mas também a nível nacional, articulando-se com comissões e organizações de outras cidades como a Intercomissão dos Arredores, o Comité de Luta dos Ocupantes e o CLER de Setúbal<sup>23</sup>. A 23 de fevereiro, proporá o controlo popular de todas as casas devolutas, em resposta às infrações dos senhorios e à incapacidade das autarquias para fazer cumprir a lei, já que depois de terminado o prazo para declarar ou arrendar

---

21. "Bairros de Lata e Pobres de Lisboa. Porque Lutamos?", PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.1; 1975.

22. "Caderno Reivindicativo Comum aos Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa e Arredores em Face da Actual Situação da Luta pela Habitação a Apresentar ao Governo e Entidades Competentes"; 15 de fevereiro de 1975; PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.3.

23. "A todas as Cooperativas, Associações e Comissões de Moradores da Inter de Bairros de Lata e Pobres de Lisboa"; PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.17; 1976.

as casas desocupadas, os proprietários continuavam sem o fazer<sup>24</sup>. A 7 de abril, uma delegação da Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata de Lisboa é recebida em São Bento por um representante do primeiro-ministro, Vasco Gonçalves, e entrega o seu caderno reivindicativo<sup>25</sup>, muito semelhante ao apresentado em fevereiro.

O início de 1975 traz a intensificação das ocupações, algumas delas dirigindo-se também a casas particulares, e uma diversificação do movimento, já não apenas centrado na habitação. Em Setúbal são ocupadas centenas de casas e em Aveiras de Cima é numa casa ocupada que a Comuna Popular se instala. A 7 de março, uma comissão de moradores do Seixal e elementos ligados à Frente Socialista Popular (FSP) e à Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR) ocupam o Hotel Muxito e criam a Comuna Che Guevara, onde são instalados serviços de apoio social, como uma cantina popular, uma piscina gratuita e um jardim-de-infância, e se faz a venda direta de produtos, entre os agricultores e o consumidor final<sup>26</sup>. Vários partidos, sobretudo à esquerda, instalarão as suas sedes em prédios ocupados.

A 11 de Março de 1975 falhava o golpe militar com que António de Spínola e a extrema-direita pretendiam alterar a situação política. O resultado, para além da institucionalização do MFA e a criação do Conselho da Revolução, foi a aceleração da via revolucionária e a consagração da “opção socialista” com o aprofundamento da intervenção estatal sobre a economia e o avanço das nacionalizações, da reforma agrária e do controlo operário. Esta tendência é contrabalançada pela garantia de realização de eleições para a Assembleia Constituinte a 25 de Abril e, depois, pelos baixos resultados de PCP e partidos à sua esquerda. As eleições abrem uma nova etapa política. Consubstanciam uma derrota para o campo revolucionário e, a curto prazo, contribuem para a fragilização da luta dos moradores, ao abrirem a tensão, crescentemente favorável à segunda, entre a “legitimidade revolucionária” e a “legitimidade eleitoral”.

---

24. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.135.

25. *Diário de Lisboa*, 8 de abril de 1975.

26. “Muxito – De empreendimento de luxo a ruína abandonada”, in *O Setubalense*, 14 de julho de 2018.

Do ponto de vista da luta dos bairros urbanos, regista-se uma nova intensificação das ocupações, decorrente do fim do prazo fixado pelo decreto-Lei n.º 445/74, a partir de março/abril, podendo falar-se numa segunda vaga de ocupações, menos espontânea do que em maio de 1974 e mais organizada e assente nas comissões de moradores. Ramos Pinto estima que, em março de 1975, existissem 57 comissões de bairro ou de moradores e que 68 novas comissões terão sido criadas entre março e julho.

## **O incêndio da Curraleira e uma nova fase do movimento de moradores**

Com o 25 de Abril, os moradores da Curraleira mobilizam-se rapidamente na luta pelo direito à habitação. Aproveitando alguma dinâmica de auto-organização anterior, muito em torno de clubes recreativos, constitui-se, logo em maio de 1974, uma associação, depois comissão, de moradores que conduz as lutas pela habitação e muitas das ocupações. Esta comissão participará na dinamização e criação da Intercomissões e assumirá o diálogo com o SAAL e o respetivo processo de autoconstrução e realojamento.

No dia 31 de março, um incêndio de grandes dimensões destrói 69 barracas e deixa desalojadas cerca 250 pessoas, precipitando uma vaga de ocupações no centro da cidade, dada a falta de habitações nas proximidades.

Na sequência do incêndio, alguns moradores pedem o apoio da LUAR na ocupação de casas e nos contactos com o COPCON. Também elementos do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletário (MRPP) incitarão moradores a ocupar casas no Alto do Pina, sobrepondo-se “violentamente” à comissão de moradores<sup>27</sup>. Ambas as situações consubstanciavam traços importantes do movimento de moradores. Primeiro, a necessidade do apoio logístico e militar e da caução de MFA e COPCON e a rede estabelecida entre organizações populares e unidades e militares revolucionários. Depois, a presença dos partidos e as suas tentativas de ter algum controlo sobre o movimento.

---

27. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*.

Em resposta a esta emergência, a CML, reconhecendo não ter em sua posse casas suficientes para o realojamento, anuncia, a 2 de abril, a intenção de instalar as vítimas do incêndio em casas devolutas, garantindo que ao fim de uma semana todas as pessoas estariam alojadas e que no prazo de um ano estariam prontas habitações em boas condições para os moradores da Curraleira. Porém, era necessário um levantamento prévio e uma listagem dos fogos nessas condições. Cansadas de esperar pela CML e de dormir no ginásio do Liceu Cesário Verde<sup>28</sup>, cerca de 30 famílias desalojadas ocupam casas na zona de Entrecampos, Campo Pequeno, Avenidas Novas e Saldanha e em zonas mais próximas, como a Rua Morais Soares e a Avenida General Roçadas. A ocupação de casas nas zonas mais ricas e centrais da cidade terá acelerado a ação do SAAL e tornava urgente o regresso à Curraleira dos ocupantes. De resto, era isso mesmo que os próprios desejavam.

Um Conselho de Ministros restrito reúne no dia 9 para debater a questão das ocupações e aprova um projeto de decreto-lei. A Associação de Inquilinos Lisbonense (AIL) defende a rápida aprovação de uma “lei revolucionária” que permita o avanço das ocupações de casas devolutas. No dia 10, a CML anuncia que, perante a existência de fogos vagos e desaproveitados na cidade, requisitará os fogos devolutos em condições para alojar as vítimas do incêndio, procurando, desta forma, controlar o processo, legalizando as ocupações entretanto feitas em casas devolutas. Numa fase posterior, seriam negociados os arrendamentos entre proprietários e ocupantes. Nesse mesmo dia, 10 de abril, a Intercomissões dos Bairros de Lata e Bairros Pobres e a comissão de moradores do Alto da Eira manifestam-se, sob a palavra de ordem “Casas sim, barracas não”<sup>29</sup>. Os moradores dos bairros de lata e da cidade marginalizada dirigem-se ao centro e ao coração do poder municipal, os Paços do Conselho, e são recebidos por um representante da CML a quem entregam uma lista das famílias a viver em piores condições e das casas disponíveis na zona.

Estas ocupações levaram não apenas a CML a facilitar a ocupação ou o confisco de imóveis vagos em situações de emergência, como também à aprovação, pelo recém-formado IV Governo provisório, do Decreto-lei n.º 198-A/75, de 14

---

28. *Diário de Lisboa*, 2 e 7 de abril de 1975.

29. *Diário de Lisboa*, 7, 10 e 11 de abril de 1974.

abril, regulamentando a ocupação de casas vagas em determinadas condições<sup>30</sup>. O Estado reconhece “que enquanto houver pessoas sem casa não é admissível que existam casas sem pessoas”, mas avisa:

“Entretanto, e desde já, há que resolver os problemas suscitados pelas ocupações que têm vindo a verificar-se de fogos devolutos. E se algumas delas se operaram em condições ou com intuitos que tornam manifestamente inadmissível a manutenção das situações abusivas assim criadas, em muitos outros casos, porém, importa reconhecer que, embora por via ilegal que se não poderá tolerar no futuro, se trata de atuações inseridas na satisfação de necessidades urgentes e atendíveis de estratos extremamente desfavorecidos da população.

Resolve-se, por isso, admitir e promover a legalização deste último tipo de situações.

Por outro lado, impõe-se obstar, de maneira definitiva e muito firme, a que situações semelhantes venham a criar-se no futuro, já que, para além da ilegalidade em que assentam, determinam, de forma irreversível, a paralisação de toda a indústria da construção, redundando, assim, em gravíssimo prejuízo para toda a população.”

O diploma reflete um Estado não revolucionário a dar resposta a um movimento revolucionário. Legaliza, por um lado, várias ocupações “ilegais” já ocorridas, nomeadamente em fogos devolutos, mas acaba por proibi-las de facto daí em diante, tornando-se num dos alvos prioritários da contestação do movimento de moradores. As ocupações acabarão por intensificar-se na sequência da sua aprovação, nomeadamente em zonas centrais habitadas pela classe média.

Os acontecimentos na Curraleira acelerariam também a operação SAAL no bairro, localmente dinamizada por uma cooperativa constituída pela comissão de moradores. Como noutros casos, a concretização ficará aquém do previsto, já que o projeto previa a construção de cerca de 900 fogos, mas dará origem ao Bairro Horizonte, onde são realojadas algumas das pessoas desalojadas no incêndio que haviam ocupado casas fora do bairro.

Como vimos, poucos dias haviam passado desde o incêndio da Curraleira, quando a Intercomissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres da Zona de Lisboa entrega ao Governo, a 7 de abril, um caderno reivindicativo, dando um prazo de 20

---

30. Pedro Ramos-Pinto, “Urban Social Movements and the Transition to Democracy in Portugal. 1974-1976”.

dias para resposta<sup>31</sup>. Entre as reivindicações constava que os novos bairros fossem construídos no mesmo local dos anteriores, que os moradores decidissem sobre o tipo de habitações a construir ou ainda que, enquanto os novos bairros não fossem construídos, o Estado garantisse, através de legislação apropriada, a ocupação de casas. Não obstante a evidente preocupação de diálogo com o Estado e respaldo legal, abril conhecerá uma nova vaga de ocupações, já não apenas orientadas para colmatar as carências habitacionais, mas também para instalar equipamentos públicos, como o Infância Ribeiro Santos, num palacete no Campo de Santana, o Sindicato do Serviço Doméstico, na rua de São Bento, uma zona verde de lazer na quinta das Conchas ou para sedes de partidos como o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT), na Avenida da República, ou a Liga para a Construção do Partido Revolucionário (LCPR), no Conde Redondo.

Depois de uma primeira manifestação a 22 de abril, terá lugar no dia 17 de maio, em Lisboa e no Porto, a mais importante manifestação contra o também chamado decreto “anti-ocupação”, convocada pela Intercomissões de Bairros de Lata e Comissões de Moradores e Ocupantes. Esta manifestação, a maior do movimento de moradores, estaria para este como a recente manifestação de 7 de fevereiro de 1975 (organizada pela Interempresas contra o desemprego e contra a NATO) estivera para o movimento de trabalhadores<sup>32</sup>, ao configurar uma vontade de articulação e unidade das lutas em torno da Intercomissões. Para além da reafirmação da rejeição da autoconstrução, as reivindicações centravam-se ainda na nacionalização dos solos urbanos, na legislação sobre os subalugos ou na autonomia do SAAL em relação ao Fundo de Fomento da Habitação (FFH)<sup>33</sup>. No mesmo dia, o primeiro-ministro Vasco Gonçalves dizia num encontro com trabalhadores na Sorefame: «Só há duas alternativas, ou se está com a revolução ou se está com a reação. Não há terceiras vias!». Dias depois, a Assembleia do MFA, realizada no Alfeite no dia 19, deliberava que o MFA deveria “intensificar as suas ligações diretas com todas as estruturas de participação popular (...) como forma de consolidação da aliança Povo-MFA” e da “efectiva construção do socialismo”<sup>34</sup>.

---

31. “Comunicado ao Povo Trabalhador de Lisboa”, 1975; PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00209.

32. *Revolução*, 23 de maio de 1975, p.6 e 7.

33. “Em Luta pelo Direito à Habitação”, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00209.36; [1975].

34. *Diário de Lisboa*, 20 de maio de 1975, p.9.

## À procura da unidade possível

A evolução das mobilizações e das lutas, a multiplicação das ocupações e a própria incapacidade de resposta estatal aumentam a necessidade de coordenar o movimento. Entre os organismos de coordenação surgidos, nota para a Comissão Central de Comissões de Moradores dos Bairros Camarários do Porto, criada a 13 de dezembro de 1974, a Intercomissões dos Bairros de Barracas em Setúbal, de fevereiro de 1975, ou a já referida Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata de Lisboa.

Após o 11 de Março, intensificam-se os esforços para coordenar objetivos e ações. Fruto de reuniões de coordenação entre os vários bairros, começavam então a desenvolver-se as estruturas centralizadoras que tentavam promover a coesão e o fortalecimento das lutas reivindicativas. Em abril, comissões de ocupantes surgidas em Lisboa organizam-se nas CRAMO<sup>35</sup>. O seu programa era dos mais radicais das organizações de moradores, numa linha próxima do PRP-BR e respetivas posições de intransigente manutenção dos avanços revolucionários<sup>36</sup>. Aponta-se às CRAMO uma função semelhante à da Intercomissão dos Bairros Pobres e ao da Comissão Coordenadora dos Bairros do Porto<sup>37</sup>.

Em Setúbal era criado, em junho, o Conselho de Moradores, que incluía as “comissões de moradores do movimento dos bairros degradados, algumas delas integradas no processo SAAL, e as comissões que participavam no movimento de redução das rendas de casa, tentando, assim, dar coerência e consistência recíproca a cada uma destas lutas, unificando-as em torno do problema comum da habitação”<sup>38</sup>. Refletindo a intensificação da conflitualidade política e das mobilizações populares, tinha a dupla função de coordenar as lutas urbanas e integrá-las no contexto mais genérico da evolução política do país.

---

35. [“Direito à Habitação: Pela Legalização das Ocupações não ao Aumento das Rendas pelo Reforço dos Órgãos Populares de Base. Encontro de Moradores da UDP, Zona Centro Ocidental de Lisboa, Campolide Atlético Club”, PT/MARL/BMRR/EE/UDP/00222.192, \[1979\].](#)

36. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.141 e p.162.

37. *Revolução*, 23 de maio de 1975, p.7.

38. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p. 162

Em julho é criado Conselho Municipal do Porto, constituído por seis representantes das comissões de moradores, três das juntas de freguesia, três dos trabalhadores municipais e representantes militares. Durante o mês de novembro de 1975, ainda chegaria a formar-se a Frente Autónoma de Moradores e Ocupantes (FRAMO) no Porto, que trabalharia em consonância com o Conselho Revolucionário de Moradores do Porto (CRMP) que, por sua vez surgira estimulado pela Comissão Coordenadora das Comissões e Associações de Moradores do SAAL-Norte. Por fim, em outubro é criada a Intercomissões da Cintura Industrial de Lisboa e dataria já de 1976 outra tentativa de articulação, o CLOMP.

Documentação relativa ao CLOMP<sup>39</sup>, disponível no arquivo do Museu do Aljube, elenca as suas funções, nomeadamente a defesa das ocupações e o apoio às CRAMO, integrando um representante destas. O CLOMP forja-se já numa lógica defensiva e de luta contra os despejos, procurando coordenar comissões de moradores e de ocupantes e a ligação destas com a Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata, AIL ou advogados<sup>40</sup>.

Estas estruturas de coordenação refletiam já o trabalho de organizações partidárias, sobretudo de extrema-esquerda, segundo José Hipólito Santos que considera, ainda, a Intercomissões dos Bairros Pobres e o CRMP, as únicas estruturas com real expressão e capacidade de impor soluções e defender situações adquiridas, “mantendo a participação dos moradores na direção dos acontecimentos e na elaboração de estratégias de defesa e de reivindicação”<sup>41</sup>.

## Diferentes formas de luta. Diferentes modelos de sociedade

“O militar respondeu: ‘Não peça, ocupe’”<sup>42</sup>

Muitos dos discursos sobre a revolução e os seus processos de política popular, como o movimento de moradores, associam-nos a caos, a totalitarismo, ao ataque à propriedade e

---

39. “Moradores em Luta” – *Jornal da Comissão Dinamizadora de São Sebastião da Pedreira – Assembleia Popular*, n.º 1, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.11. 6 de abril de 1976.

40. CLOMP – *Folha Informativa do Comité de Luta dos Ocupantes e Moradores Pobres*, Nº 1.

41. José Hipólito Santos, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*, p.87-95.

42. *Diário de Lisboa*, 5 de julho de 1974, p.12.

uma suposta, mas nunca confirmada, ditadura comunista ou “sovietização do país”. No entanto, foi um movimento organizado, muitas vezes legal e institucionalizado, umas vezes em diálogo, outras em confronto, com o poder. O Estado legislou sobre as ocupações, legalizando algumas, proibindo outras, mas no fundamental procurou dar uma resposta ao problema global da habitação que passou, em importante medida, pelo SAAL. Não sendo meramente reativo, este serviço apoiará e enquadrará, sobretudo na zona de Lisboa, Porto e Algarve, a construção de casas para os moradores dos bairros degradados ou de barracas, por norma no local das anteriores habitações precárias e atendendo aos desejos e necessidades das populações. Existiu enquanto a correlação de forças no bloco de poder político-militar permitiu uma abertura do Estado a medidas tidas como avançadas e radicais, embora, os setores mais à esquerda do movimento de moradores apontassem ao SAAL não ser suficientemente revolucionário.

Muitas vezes apodadas de “selvagens”, as ocupações são frequentemente precedidas de levantamentos sobre as famílias em piores condições ou mais necessitadas. Seguem uma lógica e têm racionalidade, nomeadamente a adequação às necessidades e dimensões do agregado familiar ou às suas possibilidades financeiras. Em muitos casos, os ocupantes informam as autoridades das ocupações realizadas, procuram de imediato regularizar a situação e estabelecer o pagamento de uma renda adequada. Noutros, comprometem-se a assumir os encargos financeiros inerentes a obras e melhorias. No essencial, as ocupações apontavam sobretudo para a resolução da falta de habitação, não necessariamente para a apropriação dos imóveis ou para um ataque *per se* à propriedade privada, tanto que se dirigiram sobretudo a habitações públicas.

Ao longo de 1974 e, sobretudo, 1975 consolida-se o consenso relativamente a uma via socialista, na prática política diária, a nível discursivo e até nível programático e oficial, vertido na Constituição aprovada em abril de 1976. É neste horizonte que é pensada a resolução da questão habitacional, ainda que as várias propostas de socialismo fossem díspares e por vezes contraditórias. O campo não revolucionário, designado como “moderado” e ligado ao “grupo dos Nove”, pensava o socialismo num quadro de democracia representativa e de prevalência de eleições e dos partidos. Naquilo que se designa por campo revolucionário, opunham-se duas vias para o socialismo. Uma inspirada nos modelos estatizantes do leste europeu, preconizado por PCP e com correspondência – ainda que menos linear do que, por norma, é veiculado – nos governos de Vasco Gonçalves, e a outra

no “socialismo revolucionário não burocrático (...) basista e assemblear”<sup>43</sup> do campo do “poder popular” apoiada por Otelo, COPCON e esquerda revolucionária.

O Plano de Ação Política (PAP), aprovado a 19 de junho de 1975, embora procurando um compromisso entre pluralismo partidário e socialismo coletivista, falava já num “sistema experimental de democracia direta”, mas será o Documento-Guia Aliança Povo-MFA, de 8 de julho, a consagrar a via socialista e de “instauração do poder popular”, reservando um papel central para o MFA, enquanto vanguarda militar e elo entre partidos e massas populares. As assembleias populares de base – bairro, aldeia, fábrica, freguesia ou unidade – forneceriam delegações para as assembleias municipais, as quais, por sua vez, elegeriam delegados para as assembleias regionais e assim sucessivamente até à Assembleia Nacional Popular. Por fim, o chamado documento do COPCON ou “Autocrítica revolucionária do COPCON e proposta de trabalho para um programa político”, apoiado por Movimento de Esquerda Socialista (MES), PRP ou UDP, propõe, em agosto, um “modelo assente no poder popular basista”, na democracia direta e numa estrutura de órgãos populares de base (conselhos de aldeias, de fábricas e de bairros) que culminaria na Assembleia Nacional Popular.

Pelo movimento dos moradores perpassa a tensão entre as últimas linhas, uma de maior institucionalização e ligação ao Estado, nomeadamente através do SAAL, e outra mais radical, de organização autónoma, embora esta dicotomia nem sempre fosse evidente na medida em que algumas das comissões de moradores mais radicais integravam o SAAL.

Hipólito dos Santos considera que, ao longo de 1975, as comissões de moradores tendem a ser dominadas por partidos de extrema-esquerda (UDP, MES, PRP, MRPP) e pelo Partido Comunista Português (PCP), os primeiros promovendo maior radicalização e o último procurando impor alguma moderação. Esta partidarização do movimento, embora tivesse aspetos positivos, nomeadamente do ponto de vista da coordenação, terá contribuído para asfíxiar o movimento e afastar as pessoas, “assustadas também por um ambiente geral que lhes parecia perigoso”<sup>44</sup>.

---

43. Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a sua influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1993.

44. José Hipólito Santos, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*, p.100-113.

Próximas da esquerda radical encontramos, por exemplo, as CRAMO, surgidas no decorrer das lutas e das ocupações em plenários de ocupantes, como forma de organizar e defender o movimento de ocupações, garantindo o contacto com os senhorios ou a identificação de casas devolutas há mais de 5 anos para ocupar<sup>45</sup>. Em alguns casos, os comités de ocupantes opõem-se às comissões administrativas das câmaras municipais e juntas de freguesia, próximas do Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) e do PCP, e às comissões de moradores com elas alinhadas, nomeadamente na condenação certas ocupações, tidas por selvagens. Também no campo da esquerda revolucionária e na linha da Intercomissões dos Bairros Pobres e de Lata, o CLOMP procura estabelecer a ligação com outros órgãos de vontade popular, sindicatos, comissões de trabalhadores, etc.

Esta linha do movimento de moradores tendia a concertar-se com as demais organizações de base e imbricava muitas vezes no “campo do poder popular” e no exercício direto da democracia em grandes assembleias de quartel, de fábrica ou de bairro, a partir das comissões de base – operários, trabalhadores rurais, moradores, trabalhadores, soldados e marinheiros – sob os auspícios de COPCON e Otelo<sup>46</sup>.

Este campo político e militar deu cobertura ao movimento de ocupações e alimentou lutas como a da Rádio Renascença, do jornal *República* ou do “o caso Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP)/Centro de Instrução e Condução Auto do Porto (CICAP)”. Integrava uma área política onde emergem estruturas frentistas com a Frente de Unidade Popular/Frente de Unidade Revolucionária (FUP/FUR), dinâmicas de auto-organização de soldados como os Soldados Unidos Vencerão (SUV) e órgãos de poder popular como os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM), comissões de ocupantes e moradores ou unidades militares revolucionárias como a Polícia Militar ou o Regimento de Artilharia Ligeira (RAL1)/Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS). A ilustração desta ligação entre organizações de base e MFA é, por exemplo, a Assembleia Popular da Pontinha, envolvendo 55 comissões de moradores e 26 comissões de trabalhadores, que

---

45. *Revolução, 20 de junho de 1975, p.13.*

46. José António Bandeirinha, *O Processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974*, p.142.

reúne no Regimento de Engenharia 1 na Pontinha, que fora um suporte importante na constituição da comissão de moradores da Quinta da Calçada. O Comité de Luta de Setúbal será uma das experiências mais conhecidas de coordenação das organizações do “poder popular”, dinamizado pelo 11.º Regimento de Infantaria de Setúbal e com representantes de comissões de trabalhadores, de moradores e de soldados.

## O refluxo

Depois do ponto alto que fora a manifestação de 17 de maio de 1975, a documentação indicia um certo declínio do movimento de moradores a partir de julho, não obstante as ocupações continuarem, bem como as lutas pela sua legalização ou pelos contratos de arrendamento. Uma das razões apontadas para o enfraquecimento do movimento, para além da decisiva evolução desfavorável dos equilíbrios político-militares, são as disputas entre partidos: “o erro de fundo que caracterizou praticamente toda a nossa ação até ao 25 de Novembro foi o sectarismo” e o afastamento das massas<sup>47</sup>.

O verão de 1975 é marcado por iniciativas que procuram conectar num mesmo processo as dinâmicas revolucionárias, ligando as lutas dos moradores ao movimento global de massas. A 25 de agosto, a Intercomissões de trabalhadores e de moradores exige, em manifestação, a aplicação do Documento do COPCON, em setembro, as comissões de moradores apoiam a luta da Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA) que paralisa Lisboa durante vários dias e, em outubro, uma manifestação dos SUV conta com o apoio de moradores e do Conselho Municipal do Porto, em luta contra o encerramento do CICAP. Esta situação se, por um lado, ligava o movimento dos moradores a um movimento e a um campo revolucionário mais vasto, integrado na construção do socialismo, por outro, afastava aqueles que consideravam que o movimento se desviava dos problemas concretos da habitação.

É já numa situação de relativa desmobilização que o 25 de Novembro encontra o movimento de moradores, fragilizado pela correlação de forças favorável aos chamados “moderados”, decorrente da Assembleia de Tancos, do afastamento

de Vasco Gonçalves, da queda do V Governo Provisório e da constituição do VI Governo de Pinheiro de Azevedo. Manifestações falhadas como a de 13 de outubro de 1975, organizada por comissões próximas do PCP, ou o cancelamento de outra pelas CRAMO, por dificuldades de mobilização, anunciavam o esvaziar do balão.

Com o 25 de Novembro e a recomposição do poder do Estado, intensificar-se-ão os despejos, muitas vezes violentos e apoiados na Polícia de Choque<sup>48</sup>, e vários ocupantes são levados a tribunal<sup>49</sup>. A luta contra os despejos e as desocupações violentas e pela legalização e defesa das ocupações ganham destaque, num quadro já defensivo ou de refluxo. O movimento procura reinventar-se depois de novembro de 1975 com iniciativas como a “ligação Cidade-Campo” que, envolvendo as comissões de moradores, promove a venda de bens agrícolas a preços justos, mitigando as dificuldades de cooperativas e produtores em escoar a produção e respondendo aumento do custo de vida<sup>50</sup>.

Paralelamente, eram crescentes os obstáculos colocados ao desenvolvimento das operações do SAAL<sup>51</sup>. Sinal de que algo mudara, era o recrudescimento da violência da extrema-direita e as bombas que destroem, em janeiro de 1976, no Porto, as instalações do SAAL/Norte e, na madrugada de 5 de março 1976, o automóvel de Alexandre Alves Costa, arquiteto do SAAL. A Intercomissões dos Bairros de Lata e Bairros Pobres, o CLOMP, a Comissão de Moradores em Luta contra a Especulação das Rendas de Casa e a AIL convocam para 12 de abril de 1976 uma manifestação contra os despejos e a especulação das rendas<sup>52</sup>. Ainda em abril, o comandante da PSP do Porto, Mota Freitas, figura central da “rede bombista” de extrema-direita, emite um mandado de

---

48. “Direito à Habitação: Pela Legalização das Ocupações não ao Aumento das Rendas pelo Reforço dos Órgãos Populares de Base. Encontro de Moradores da UDP, Zona Centro Ocidental de Lisboa, Campolide Atlético Club”, PT/MARL/BMRR/EE/UDP/00222.192, [1979].

49. “As Comissões Revolucionárias Autónomas de Moradores e Ocupantes de Lisboa e Arredores. Alertam a População”, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.7, 1975.

50. “Contra o aumento de preços avante pela ligação cidade campo”, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.37, [1976].

51. “Aos Moradores, Ao Povo Trabalhador”, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.10, 3 de março de 1976.

52. “Aos Moradores! Aos Trabalhadores!”.12, 1976.

busca às instalações do SAAL/Norte. Estava em curso uma campanha de acusações sobre alegadas e nunca comprovadas irregularidades cometidas pelo SAAL, que levaria a um inquérito à atuação deste organismo. No quadro da chamada “normalização democrática” e de um entendimento mais institucional, representativo e formal da democracia, o SAAL, conotado com formas de organização e política populares, é extinto em outubro de 1976, já na vigência do I Governo Constitucional, o que suscita forte indignação e contestação popular, motivando várias manifestações de moradores.

## Quinta da Calçada e Quinta das FONSECAS

Parte significativa da documentação oriunda da BMRR recebida pelo arquivo do Museu do Aljube diz respeito à Quinta da Calçada e à Quinta das FONSECAS, dois bairros vizinhos na zona de Telheiras e do Hospital de Santa Maria, em Lisboa. É composta, sobretudo, por publicações e órgãos das comissões de moradores de ambos os bairros datados de 1975, 1976 e 1977.

A Quinta das FONSECAS era o que, habitualmente, se designava por “bairro de lata”, coexistindo barracas e habitações muito degradadas. A Quinta da Calçada fora construída no fim dos anos 1930, com 500 habitações pré-fabricadas em fibrocimento “Lusalite”, para alojar provisoriamente os habitantes das barracas do Bairro Bélgica, também chamado bairro das Minhocas, junto à estação do Rego. Na inauguração, em fevereiro de 1939, estiveram presentes o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, presidente da República, Óscar Carmona, Ministro das Obras Públicas, Duarte Pacheco, e o cardeal Cerejeira. As casas pré-fabricadas eternizaram-se, o provisório tornou-se definitivo, as habitações degradaram-se, veio a sobrelotação e deterioração geral das condições do bairro.

Após o 25 de Abril, os moradores destes dois bairros mobilizam-se para a resolução dos seus problemas. A 11 de maio de 1974 era criada a comissão de moradores da Quinta das FONSECAS. Após assembleia magna, em setembro, a comissão de moradores da Quinta da Calçada apresenta uma carta dirigida ao Secretário de Estado da Habitação e do Urbanismo, Nuno Portas, com cópias enviadas ao Presidente da República, à JSN, ao Gabinete Técnico da Habitação da CML e à imprensa. Denunciam as más condições e a degradação das habitações, a insalubridade, a sobrelotação, a propagação de doenças, o deficiente abastecimento de eletricidade, a insegurança ou as lacunas na

educação, e reivindicam a construção de novas habitações<sup>53</sup>. As comissões de moradores destes bairros criarão uma biblioteca, uma escola (depois encerrada), equipas de futebol e de atletismo, grupos culturais, como o Grupo de Animação Sociocultural da Quinta da Calçada, ou um grupo de teatro<sup>54</sup>, o "Arauto das Fonsecaas". Farão ainda parte do conjunto fundador da Intercomissões de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa e Arredores.

Uma das publicações dinamizada por estas comissões é o *Jornaleco Lutador*, da Quinta das Fonsecaas. O foco principal é, naturalmente, a luta pela construção do novo bairro, mas aborda questões como os SUV, a manifestação da construção civil de 12 de novembro de 1975 em frente à Assembleia Constituinte, na sequência da qual esta é cercada, a candidatura de Otelo à presidência da República, a reforma agrária e a atividade de cooperativas agrícolas como a Cooperativa Soldado Luís. Encontramos ainda seis exemplares do boletim *Unidade do Povo*, respeitantes ao período de maio de 1976 a maio de 1977. A linha é próxima do PRP e dos Grupos Dinamizadores de Unidade Popular (GDUPs). São levantadas questões relacionadas com a construção do novo bairro, a posse do terreno ou o funcionamento da Cooperativa Unidade do Povo. Há espaço para temas mais gerais, como a independência de Angola, a situação da mulher e pequenos dossiers dedicados a figuras como Karl Marx, Lenine, Che Guevara ou Mao Tsé-Tung.

Apesar do 25 de Novembro, do encerramento da fase mais intensa das mobilizações populares e do fim do processo SAAL, as referidas publicações mostram-nos como a história da luta pela habitação nestes bairros desafia a cronologia habitual, prolongando-se por 1976 e 1977. Cada vez mais defensiva, procura segurar o conquistado e redinamizar o movimento, nomeadamente no quadro da Intercomissões ou da candidatura de Otelo. O apoio ao antigo comandante do COPCON expressa-se de várias formas, nomeadamente na página dedicada à poesia:

---

53. Carta da Comissão de Moradores da Quinta da Calçada, Lisboa, 1974-09-05, Arquivo Municipal de Lisboa.

54. "Jornaleco Lutador", N.º 16 - "A Luta Continua", PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.42, [1976].

# POESIA

## A LUTA CONTINUA

Antes das eleições	Nem Banes nem Pinheiro
Estávamos entusiasmados	Nem Arnaldo nem Soares
Mas foi na contagem dos votos	Só Otelo no poder
Que fomos todos enganados	Com os seus militares
Foi para o Terreiro do Paço	Com Banes no poder
Que fomos apoiar o amigo Otelo	Tenho um não sei quê
Mas quem ganhou o poder	Cuidado com a GNR
Foi um senhor pior que o Marcelo	E com a PSP
Nós vamos trabalhar	Sei que há trabalhadores
E fazer muitas conquistas	Que foram enganados
Queremos Otelo no poder	E por Banes foram votar
Para fuzilar todos os fascistas	Mas o que é preciso agora é vigi-
	lância popular
Temos que avançar rapidamente	
Desde manhã ao sol-pôr	Com isto vou acabar
Porque Ramalho Banes	E não levem a mal
É um grande ditador	Com Otelo no poder
	Temos um novo Portugal
Vamos todos trabalhar	
Unidos e em globo	Otelo em presidente
Queremos Otelo em presidente	É essa a nossa ansiedade
Que é o amigo do povo	QUEREMOS CASAS PARA O POVO
	E TAMBÉM A LIBERDADE

( um morador da Quinta da Calçada)

"Unidade do Povo" - Quinta da Calçada, Agosto 1976, N.º 4,  
PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.27.

No âmbito do SAAL, um novo bairro, designado Fonecas-Calçada, é erguido na segunda metade da década de 1970, dinamizado pelas cooperativas Unidade do Povo (Quinta da Calçada) e 25 de Abril (Bairro das Fonecas). O plano inicial, elaborado por uma equipa técnica liderada pelo arquiteto Raúl Hestnes Ferreira, previa a construção de 23 blocos habitacionais num total de 1600 fogos e alguns equipamentos, dos quais seriam apenas construídos 3 blocos e 335 fogos, concluídos na década de 1980 e só regularizados em 2016, data em que, finalmente, os moradores passam a ser proprietários das casas.

Numa página dedicada à poesia do boletim *Unidade do Povo*, de abril e maio de 1976, encontramos a letra da canção de Sérgio Godinho “Organização Popular”<sup>55</sup> que resumia os dois anos passados desde abril de 1974.

Éramos para cima de um milhão  
Moradores sem eira nem beira  
A fazer das tripas coração  
Cada qual à sua maneira

A viver sem água e a viver sem jeito  
A viver sem tréguas  
Uma vida a eito em barracas velhas  
E andares desfeitos

E da conjunção destes fatores  
Pouco a pouco nasceu a ideia  
De formar comissões de moradores  
Elegíveis em assembleia

[Sérgio Godinho, “Organização Popular”,  
*De Pequenino se Torce o Destino*, 1976]

## Conclusão

No dia 31 de março de 1977, quase três anos depois do 25 de Abril de 1974, morriam duas crianças na Quinta das Fonsecaas. João Carlos, de 8 anos, e Mário, de 12, afogaram-se quando brincavam com um barco improvisado, feito de esferovite, num charco formado pelas águas da chuva<sup>56</sup>.

### A LUTA DOS BAIRROS É SÓ UMA!

8

ACONTECEU PERTO DE NÓS . . .

#### COMUNICADO DA COOPERATIVA 25 DE ABRIL DA QUINTA DAS FONSECAS

"Hoje, dia 31 de Março, ao principio da tarde morreram afogadas duas crianças da Quinta das Fonsecaas.

Morreram porque queriam brincar... e não encontrando outra brincadeira lembraram-se de andar de barco improvisado de esferovite, num charco de água da chuva, junto ao campo dos cavalos, ao Campo Grande.

Estava muito vento, a frágil embarcação virou... Não sabiam nadar. O outro irmão mais velho, 12 anos, quis ir salvá-los mas o charco tem muito fodo, é fundo e a criança não sabia nadar; e as duas crianças morreram.

São elas, o João Carlos de 8 anos e o Mário Alves de 12 anos, filhos de um morador e sócio da Cooperativa, bem conhecido de todos nós, o João Alves.

Está de luto esta família, estão de luto todas as famílias das Fonsecaas que sentem bem na pele o desgosto destes pais, que sentem bem que podia ser um dos seus, pois as crianças cá da Quinta, como todas as crianças de Quintas iguais à nossa, estão sujeitas a todos os perigos.

Quem nasce e cresce num bairro de barracas, desde bem pequeno experimenta as maiores dificuldades e más condições de vida.

São as más condições de habitação, são a falta de creche, de jardim infantil, de local onde as crianças possam estar e brincar.

Partem à aventura, à procura de uma brincadeira, e o perigo espreita.

Os filhos dos burgueses, os meninos das cidades, têm jardins infantis e colégios todo o dia, têm parques e espaços verdes e brinquedos...

A nós, o pouco que temos é fechado como a creche na Escola de Palma.

Há dois anos que lutamos pela sua reabertura e as entidades responsáveis cada vez inventam mais burocracias... e a creche continua fechada.

"Unidade do Povo" - Quinta da Calçada, Março, Abril, Maio 1977, N.º 8  
- "25 de Abril - 3 anos depois a luta continua! Na Quinta da Calçada".

56. "Jornaleco Lutador" - Órgão da Comissão de Moradores e Cooperativa "25 de Abril" do Bairro da Quinta Fonsecaas, N.º 18/19 - "Em Frente com o Novo Bairro", PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00203.29, 1976.

No dia 13 de novembro de 1976, moradores dos bairros degradados participam numa manifestação em Lisboa contra a extinção do SAAL, organizada pela Intercomissões de Moradores de Bairros de Lata e Bairros Pobres de Lisboa e pelas interassociações de Moradores de Bairros de Lata e Pobres dos Arredores de Lisboa e de Moradores de Setúbal<sup>57</sup>. Na véspera, um incêndio deflagrara no Casal do Pinto, à Picheleira, fazendo uma vítima mortal, Adórcia Conceição Nunes. Ricardo Santos, da comissão de moradores, dizia: “Se tivéssemos aqui duas bocas de incêndio, munidas com mangueiras respetivas, à semelhança do que já acontece na Curraleira, nada disto teria acontecido”. Palavras como estas foram ditas por muitos a propósito do incêndio na Curraleira de 31 de março de 1975. Se depois desta tragédia foram instaladas bocas de incêndio na Curraleira, a maioria dos bairros continuava desprovido deste tipo de equipamentos ou de outras infraestruturas essenciais. Na madrugada de 27 de novembro, o desabamento de um prédio no Casal Ventoso causa a morte de duas crianças, Jorge Filipe, de 7 anos, e Pedro Edgar, de 5. Largos meses passados sobre o incêndio na Curraleira, milhares de pessoas continuavam a viver em bairros degradados ou de barracas, expostas a acidentes mortais diretamente resultantes da falta de condições de habitação ou de segurança.

Não obstante a profundidade das transformações revolucionárias, a auto-organização dos moradores dos bairros urbanos, as tentativas de coordenar o movimento e todas as lutas desenvolvidas, o curto espaço de tempo em que estas se desenvolveram não permitiu dar uma resposta eficaz à crise habitacional. As ocupações, as organizações e estruturas criadas, os milhares de pessoas envolvidas, as medidas legislativas ou a ação do SAAL, tudo isto não foi suficiente para alterar, de facto, as condições de habitação nos bairros degradados das grandes cidades. Como recorda Nuno Portas, dificilmente poderia ter sido de outra forma dado o tempo necessário para construir novas habitações ser no mínimo de dois anos: “Como se a habitação fosse qualquer coisa que pudesse ter uma resposta imediata nos 15 dias seguintes (...) se a revolução durar dois anos, talvez a revolução ainda possa inaugurar casas; senão, só se inauguram as do último período de Marcelo Caetano”<sup>58</sup>.

---

57. *Diário de Lisboa*, 13 de novembro de 1976, p.4.

58. Nuno Portas, “O Processo SAAL: Entre o Estado e o Poder Local”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 18/19/20, Coimbra, Fevereiro 1986.

No total terão sido ocupadas entre 15 a 20 mil casas em todo país e só em Lisboa haveria cerca de 70 000 ocupantes<sup>59</sup>. À data da sua extinção, o SAAL tinha em curso 169 operações, envolvendo 41 665 famílias de moradores pobres, estavam em construção 2259 fogos e preparavam-se para arrancar 5471. Todavia, apenas 13% da totalidade dos solos necessários para essas intervenções estava disponível, cedido ou expropriado, e nenhuma operação foi concluída na vigência do SAAL<sup>60</sup>. No 10º aniversário do 25 de abril estimava-se que o défice habitacional em Portugal rondasse as 700 mil habitações e em Lisboa fosse de 175 mil fogos<sup>61</sup>.

O movimento dos moradores dos bairros urbanos é um processo central em 1974 e 1975. Embora restrito sobretudo a Lisboa, Porto e Setúbal, mobiliza milhares de pessoas e cria várias estruturas na sociedade civil. É a porta de entrada na política e no poder local, cria líderes locais, dinamiza redes locais de solidariedade e reforça a coesão social. Conta, ainda, com um papel central das mulheres.

A sua evolução refletirá, no essencial, a trajetória do movimento popular revolucionário. Pedro Ramos Pinto considera que a desmobilização deste movimento autónomo de protesto popular, que tanto condicionou as elites civis e militares, traduz a rejeição por muitos dos seus militantes das vias mais radicais e revolucionárias. Concomitantemente, refletirá um certo cansaço e desmobilização naturais após um período de mobilização intensa difícil de manter, bem como a aquiescência daqueles relativamente à via da democracia representativa e de uma democratização nos limites das democracias da Europa ocidental. Esta opção seria expressa, segundo o mesmo autor, nas eleições para a Assembleia Constituinte (25 de abril de 1975), legislativas (25 de abril de 1976), presidenciais (27 de junho de 1976) e autárquicas (12 de dezembro de 1976). Nas primeiras eleições legislativas, PCP (14,39%) e os vários partidos da extrema-esquerda (5%) obtêm juntos 19,39% e nas eleições autárquicas 21,32%, passando o campo da extrema-esquerda de 5% para 3,63%.

---

59. José Hipólito Santos, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*, p.105.

60. José Manuel Bandeirinha, "Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL)", in Reis, A., Rezola, I., Santos, P. B., (Orgs.), *Dicionário de História de Portugal. O 25 de Abril*. (Vol.6), Lisboa, 2018, Figuerinhas, p.364.

61. *Diário de Lisboa*, 2 de abril de 1984, p.2.

Apesar da escalada das mobilizações e ações de rua e da aparente radicalização e pujança do movimento popular no verão de 1975, a perda de fôlego é já visível na segunda metade do ano. O equilíbrio de forças revelava-se crescentemente desfavorável, privando o movimento popular de apoios como o V Governo, a ala gonçalvista ou as unidades e os militares de esquerda. O 25 de Novembro extingue, no fundamental, as condições que vinham viabilizando as mobilizações coletivas ao significar a reposição da hierarquia militar e da capacidade coerciva do Estado, a extinção do COPCON, o fim do MFA como sustentáculo do movimento popular, a prisão e afastamento de centenas de militares de esquerda e a consagração da legitimidade eleitoral sobre a legitimidade revolucionária. O movimento, como uma onda, que por momentos impressionara pela sua força e dimensão, perde vitalidade e acaba por esvaír-se na praia lenta e suavemente, sem que tivesse ido tão longe como na primavera e verão de 1975 se poderia supor ou concretizado aquilo que almejava.

Menos pujantes, menos numerosas, mais isoladas, as lutas dos moradores continuam em 1976, 1977 e 1978<sup>62</sup>, mas já sem a capacidade de mobilização e de influenciar os acontecimentos de outrora. Sem respaldo institucional e militar e enfrentando a resposta das autoridades, que deixam de tolerar ocupações e procedem a desocupações e à criminalização dos ocupantes, as lutas passaram a ser essencialmente defensivas e apontadas para a construção dos bairros ou para questões relacionadas com a posse dos terrenos onde estes seriam construídos. Ao mesmo tempo, fazia-se o balanço do que faltava. No caso das publicações da Quinta da Calçada e das FONSECAS de 1976 e 1977 disponibilizadas pelo Museu do Aljube, um jardim de infância, uma creche e espaços para as crianças brincarem, para além da construção do novo bairro que só teria início em 1977, já na consolidação democrática.

O movimento popular, em particular dos moradores, conhecerá uma importante reanimação no quadro da campanha de Otelo Saraiva de Carvalho para as eleições presidenciais e da revitalização do papel das comissões de moradores e dos GDUP que surgem em vários pontos do país, nos locais de trabalho e, sobretudo, a nível local e de bairro, animando

---

62. "A Voz do Ocupante" – Tribuna Livre Animada pela Comissão de Ligação para o Governo PS-PC dos Ocupantes, N° 3, de Janeiro 1978, PT/MARL/BMRR/MOR/CM-LH/00202.60.

ocupações e reocupações<sup>63</sup>, bem como as lutas contra os despejos. O apoio à candidatura de Otelo é evidente nas publicações da Quinta das FONSECAS e da Quinta da CALÇADA, onde é criado um GDUP. Em junho de 1976 decorrerá na Curraleira uma impressionante ação de campanha com a presença de Otelo e forte participação popular. Os órgãos de base e de moradores constituídos pelas populações em 1974 e 1975, em bairros como Bairro da Liberdade, Quinta da Calçada, Quinta das FONSECAS, Casal Ventoso ou Curraleira, reanimados na primavera e verão de 1976, dão suporte, através dos GDUPS, não apenas à candidatura de Otelo, mas a uma tentativa de relançar a organização popular autónoma, constituindo-se como uma das derradeiras tentativas de recuperar estruturas de 1975, um projeto de socialismo radical e basista e a dinâmica mais revolucionária do movimento popular.

Apesar da revitalização da primavera de 1976, operava-se uma mudança de ciclo. Uma das famílias que ocupara uma casa vazia em Entrecampos, na sequência do incêndio da Curraleira e da tolerância anunciada pela CML a estas ocupações, é despejada pela Polícia de Choque em abril de 1976, não obstante as tentativas de legalizar a situação junto do senhorio e fazer um contrato de arrendamento. Dias depois, voltam a reocupar a casa e, já em maio, são definitivamente despejados e um dos seus elementos detido por alguns dias e julgado em junho no Tribunal da Boa-Hora. A comissão de moradores voltaria a ocupar a casa, mas a PSP poria violentamente cobro à situação, detendo alguns dos ocupantes<sup>64</sup>.

A documentação reunida no arquivo do Museu do Aljube corresponde às várias fases do movimento dos moradores entre 1974 e 1979: o seu início após o 25 de Abril, o desenvolvimento nos meses seguintes, o pico, em maio de 1975, e declínio a partir do verão, acelerado pelo 25 de Novembro de 1975, mas que se prolongará pelo resto da década. À luz deste arco temporal talvez seja avisado não nos precipitarmos “na hora de passar a certidão de óbito a uma revolução”<sup>65</sup>

---

63. José Hipólito Santos, *Sem mestres, nem chefes, o povo tomou a rua. Lutas dos moradores no pós-25 de Abril*, p.114.

64. Revolução, 20 de Maio de 1976, p.13

65. Neves, José, e Rita Lucas Narra. “As revoluções e as suas vidas pós-tumas”. *Práticas da História, Journal on Theory, Historiography and Uses of the Past*, n.º 18 (2024): 7-11. <https://doi.org/10.48487/pdh.2024.n18.38388>.

na medida em que, para muitas destas pessoas, a militância e o ativismo não se esgotam com o fim decretado para o processo revolucionário português. A existência de vários documentos datados de 1976, 1977, 1978 e até 1979 mostra como este processo, embora em declínio, sobrevive ao 25 de Novembro. As tentativas de o reanimar corresponderam a um desejo de recuperar o projeto de sociedade socialista e de resolver o problema da habitação, a partir da organização das populações e de formas de democracia direta e popular, que, contudo, soçobriaram no final da década de 1970. Não que o problema estivesse perto de estar resolvido, mas simplesmente porque politicamente as condições eram já outras.

